



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 19 • 10 a 16/06/07 • ISSN1809-6182

Análise

14/06/2007 – Os desafios da reunião do G8: do aquecimento global ao escudo antimíssilp.01

Entre os dias 06 e 08 de junho de 2007, reuniram-se em Heiligendamn, Alemanha, os líderes do G8, grupo formado pelos sete países mais industrializados do mundo mais a Rússia. Além de representantes de países africanos, países emergentes como: África do Sul, Brasil, China, Índia e México foram convidados para o encontro.

Resenha

15/06/2007 – Brasil e Índia assinam acordo de cooperação bilateralp.06

O Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou um acordo de cooperação bilateral com a Índia durante uma viagem oficial, em junho de 2007.

Os desafios da reunião do G8: do aquecimento global ao escudo antimísil

Análise
Desenvolvimento/Segurança

Joana Laura M. Nogueira
14 de junho de 2007

Entre os dias 06 e 08 de junho de 2007, reuniram-se em Heiligendamn, Alemanha, os líderes do G8, grupo formado pelos sete países mais industrializados do mundo mais a Rússia. Além de representantes de países africanos, países emergentes como: África do Sul, Brasil, China, Índia e México foram convidados para o encontro.

Entre os dias 6 e 8 de junho de 2007, realizou-se em Heiligendamn, Alemanha, o encontro anual do Grupo dos oito (G8)¹, formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e a Rússia. O tema do aquecimento global, considerando a redução de emissões e a ajuda aos países africanos deveriam ser os objetivos principais do encontro. No entanto, a crise entre Estados Unidos e Rússia quanto à implantação de mísseis interceptores e radares, na República Checa e na Polônia, colocou o tema na pauta do encontro [Ver também: [A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense](#)].

Anualmente, os membros do G8 reúnem-se para debaterem temas relevantes da agenda internacional. Durante a reunião são definidas as estratégias a serem utilizadas pelos países integrantes a fim de concretizar os resultados. Nos últimos anos, vem sendo consolidada uma linha de cooperação com economias emergentes, a saber: África do Sul, Brasil, China, Índia e México, que têm sido continuamente convidados a participarem

das reuniões anuais do G8.

Sob a presidência da Chanceler alemã, Ângela Merkel, a reunião iniciou-se com discordância entre os líderes do encontro quanto às metas de reduções de emissões dos Gases do Efeito Estufa (GEEs). Enquanto a Alemanha propõe a redução de 50% das emissões até 2050, baseando-se nos padrões de 1990, os Estados Unidos (EUA) desejam apenas rever as metas para o final de 2008. Por outro lado, a proposta japonesa pretende reduzir em 50% as emissões atuais (base no ano de 2006) de GEEs, até 2050. Considerando-se que o Japão será o sucessor da Alemanha na presidência, o tema do aquecimento global, certamente, permanecerá na agenda do grupo por mais algum tempo.

O aquecimento global era o tema chave do encontro, e neste sentido as divergências de posicionamento dos líderes ficaram claras. Os EUA têm uma proposta limitada para as reduções, entretanto países como Japão, Canadá e Alemanha têm propostas ambiciosas para os cortes nas emissões. Contudo, prevaleceu apenas o consenso de que é urgente a necessidade de um posicionamento firme quanto às reduções de GEEs, não sendo definidas metas numéricas, uma vez que parece improvável um acordo sobre estes números, ficando apenas definido que

¹ Vide Glossário.

serão feitas reduções “substanciais” nas emissões.

Por outro lado, ficou acertado que o ano de 2009 será o prazo final para a elaboração de um novo acordo sobre o clima. Porém, será realizada em dezembro deste ano, em Bali, Indonésia, um encontro mundial para que as propostas do Protocolo de Quioto possam ser revisadas. Para tanto, o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, declarou que planeja realizar, em setembro de 2007, uma conferência preparatória do encontro de Bali.

Apesar do compromisso, a retórica ainda prevalece nos acordos, visto que limites numéricos não foram definidos e após anos de resistência estadunidense não se pode esperar uma mudança radical de atitude na política externa do país. Mesmo que o Presidente George W. Bush tenha amenizado seu discurso, ele vem evitando o tema e dias antes do encontro afirmava ser impossível aumento nas reduções de gases.

Além do tema ambiental, outro assunto constante no fórum diz respeito à cooperação entre os países participantes do Grupo dos oito e os países emergentes, a saber: África do Sul, Brasil, China, Índia e México, também conhecido como G5.

Um dos pontos delicados da convivência dos países dos grupos está no sentido de que o G5 vem reivindicando mais espaço nas reuniões do grupo, uma vez que lhes é definido participação, apenas no último dia do encontro quanto os acordos já foram fechados. O G5 almejam a formação de um G13, proposta rejeitada pelo grupo e justificada pela Chanceler alemã no sentido de que seria difícil um consenso dos treze países, o que inviabilizaria as decisões.

O diálogo com os países emergentes tem sido uma constante no G8. Após o encontro esse processo cooperativo vem sendo chamado de “Processo de Heiligendamm”, que prevê consultas a

serem iniciadas no segundo semestre de 2007.

Constam nos temas da agenda para com o G5, desenvolvimento de uma matriz energética limpa e propostas para o desenvolvimento dos países. Este debate ocorrerá no âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) quando se tratar do desenvolvimento econômico dos países e ficará aos cuidados da AIE (Agência Internacional de Energia) quando se tratar de assuntos sobre energias alternativas.

Outro assunto que gera desentendimentos são os debates da Rodada de Doha². O Brasil propunha cobrar dos países avanços para negociação da liberalização do comércio de bens agrícolas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que estaria empenhado em conversar o assunto com todos os líderes durante o encontro.

No documento final dos objetivos comuns dos dois grupos, aparece a questão dos direitos de propriedade intelectual, acordo de TRIPS³ da Organização Mundial do Comércio (OMC), com o propósito de proteger os bens comuns da humanidade, o meio-ambiente e a saúde pública.

Também constava como pauta do encontro a cooperação dos países no setor energético. Era parte da estratégia brasileira debater o uso de biocombustíveis, como alternativa para base da matriz energética. Entretanto, o debate ficará para o encontro de Bali, pois o assunto causa desentendimentos entre os países, além de ser uma alternativa que não entusiasma a indústria automobilística alemã. Além disso, existe

² Rodada de Doha está num impasse devido à negação dos países desenvolvidos em reduzirem os subsídios à agricultura.

³ TRIPS, sigla em inglês. Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual relacionado com o Comércio.

o receio da destruição ambiental para plantação de cana, sem falar a situação dos trabalhadores do cultivo.

Um dos pontos citados pelos EUA como razão para não aceitação do Protocolo de Quioto, refere-se aos níveis de emissões de GEEs da China e Índia que aparecem como grandes emissores mundiais de gases. No entanto, encontram-se na categoria de países emergentes e não têm metas de redução. Porém, se considerarmos as emissões *per capita*, as emissões chinesas são apenas uma fração das estadunidenses.

A defesa dessa política favorece mais à China do que ao Brasil, uma vez que 75% das emissões brasileiras são provenientes de queimadas e a matriz energética brasileira é predominantemente composta por energia limpa (hidrelétricas). Já as emissões chinesas são decorrentes de resíduos industriais e eles contam com uma matriz energética ainda baseada no carvão, que é muito poluente.

Aproveitando das prerrogativas de países em desenvolvimento, a China mantém programas de mecanismo de desenvolvimento limpo, conforme as regras do Protocolo de Quioto, desenvolvendo províncias pobres do país através da venda de créditos de carbono. [Ver também: [Desenvolvimento limpo e o mercado de carbono](#)].

A ajuda aos países africanos tem sido, nas últimas reuniões, um dos temas mais importantes e recorrentes do G8. Nesta reunião, foram convidados os presidentes da Nigéria, do Egito, Argélia, Senegal e Gana (que foi representando a União Africana), além da África do Sul. O Grupo ofereceu uma ajuda de 60 bilhões de dólares para o combate de doenças infecciosas como AIDS, tuberculose e malária.

Além do combate de doenças, também faz parte dos objetivos do G8 alcançar as Metas do Milênio definidas pela ONU em 2000, para diminuir a pobreza do mundo até 2015 e, para isso, o G8 exige empenho

dos países africanos na implantação de uma “boa governança”, ou seja, estados mais legalizados, instituições mais fortes e transparentes além de menos corrupção.

No meio de todo esses debates de ajuda a países pobres, cooperação para o desenvolvimento e aquecimento global, os Presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e dos Estados Unidos, George W. Bush, atraíram as atenções para si com desentendimentos sobre o escudo antimíssil estadunidense a ser instalado em território europeu.

Segundo o Presidente russo, a posição dos mísseis afeta a segurança russa. Entretanto, o presidente estadunidense afirma que a posição é apenas uma estratégia de proteção contra ameaças de países hostis como Irã e Coreia do Norte, por exemplo.

Apesar dos desentendimentos remeterem aos tempos da Guerra Fria, o Presidente estadunidense afirmou que a esta já teria acabado, que a Rússia não era o alvo e que este é apenas um posicionamento defensivo dos EUA. O constrangimento seguiu durante o encontro, situação que fez Putin oferecer bases russas, localizadas em Gabala, Azerbaijão, para instalação dos mísseis, no sentido de desenvolver o escudo conjunto e demonstrar que se o objetivo estadunidense não são alvos russos, a instalação conjunta do escudo resolveria o impasse.

Constaram ainda como temas do encontro assuntos de segurança como o combate ao terrorismo e, neste sentido, o grupo dá suporte às ações no âmbito da ONU contra o terrorismo bem como apóia a não-proliferação de armas de destruição em massa e o *Nuclear Safety and Security Group* (NSSG). Assim, o G8 desaprova o programa nuclear iraniano e, para os Oito, caso Teerã insista em manter o programa de enriquecimento deverão ser definidas novas sanções.

Quanto à questão do Kosovo, região que pretende tornar-se independente da Sérvia, o grupo não chegou a um

consenso, apesar dos pedidos feito pelo Presidente francês, Nicolas Sarkozy, para que fosse aprovado o pedido de independência da região. A Rússia recusou o pedido, defendendo a integridade da Sérvia e justificando o receio de possíveis independências tais como a da Ossétia e da Abkhazia, na Geórgia.

Outro assunto emergente foi à situação de Darfur, no Sudão⁴. O grupo reconhece como uma trágica questão humanitária e recorre às Resoluções da ONU sobre o tema, especialmente a 1591 do Conselho de Segurança.

Foram ainda citadas as questões do Iraque, no que se refere à permanência de tropas na região, e a crise entre a Síria e o Líbano, ficando claro que o grupo reafirma o comprometimento com a soberania, independência e integridade territorial do país, condenando os atos terroristas e se solidarizando com o sofrimento humano causado pela situação. Tratou ainda da situação das guerrilhas na Colômbia e suporta as decisões do Presidente Uribe.

Contudo, as decisões tomadas no encontro não são de cunho obrigatório para seus integrantes. Representam apenas boas intenções dos países. Esta é uma das grandes críticas que hoje é feita ao G8: qual seria sua função já que suas decisões não são de execução obrigatória para os seus membros.

Além de ter sua composição baseada numa configuração do pós-1945, a relação dos países não transparece o atual dinamismo da economia mundial. Após o fim da ordem bipolar, mantida durante a Guerra-Fria, houve a emergência dos EUA como Estado hegemônico. Ao mesmo tempo, outros países foram fortalecendo

sua posição no cenário mundial e regional, surgindo então as potências regionais.

Numa tentativa de correção desta discrepância, anualmente vêm sendo convidadas a participar do encontro as 5 maiores economias emergentes. Um bom exemplo é o da China, que tem um PIB maior do que italiano, por exemplo, e não faz parte do Grupo. Entretanto, a participação dos países emergentes se dá sem voz ou voto nas decisões, o que torna a tomada de decisão do Grupo não representativa da moderna configuração da dinâmica mundial.

Contudo, não se pode superestimar a atuação que o Grupo desempenha. Seu papel é muito mais de criação estratégias do que de implementador de soluções. Por outras palavras, o G8 é muito mais uma representação simbólica de alguns dos países mais ricos do mundo, que se reúnem num “clube privado” e discutem maneiras de equacionar os problemas globais.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Deutsche Welle

<http://www.dw-world.de/dw>

G8 - Gipfel Heiligendamm

<http://www.g-8.de>

Ver Também:

22/08/2005 - [Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano](#)

10/09/2006 - [Sudão rejeita ajuda de forças de paz da ONU](#)

⁴ A região vem sofrendo com a disputa de milícias desde 2003, a ONU e o governo local buscam sem sucesso contornar a situação.[ver também: [Sudão rejeita ajuda de forças de paz da ONU](#)].

05/05/2007 - [A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense](#)

30/05/2007 - [Desenvolvimento limpo e o mercado de carbono](#)

Brasil e Índia assinam acordo de cooperação bilateral

Resenha
Desenvolvimento

Celeste Cristina Machado Badaró
15 de junho de 2007

O Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou um acordo de cooperação bilateral com a Índia durante uma viagem oficial, em junho de 2007.

De 3 a 5 de junho de 2007, o Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Índia, onde assinou com o país um acordo de cooperação bilateral que inclui uma agenda ampla, desde cooperação espacial até intensificação das relações comerciais.

A relação Índia-Brasil vem se estreitando há algum tempo, desde a primeira visita de Lula à Índia, em setembro de 2004, seguida por uma visita do primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, ao Brasil, em setembro de 2006. A intensificação das relações entre Índia e Brasil já se reflete no volume de trocas comerciais entre eles, que passou de US\$ 400 milhões, em 1999, para US\$ 2,6 bilhões em 2006¹. O último acordo assinado entre os países prevê que o valor passe para US\$ 10 bilhões até 2010.

No entanto, a agenda de cooperação proposta para Brasil e Índia é muito mais ambiciosa que isso, incluindo também as

áreas cultural, aduaneira, espacial, energética e de pesquisa e desenvolvimento.

Índia e Brasil já mantinham estreitas relações em fóruns multilaterais, apesar de suas relações bilaterais serem relativamente fracas. Os países têm posturas semelhantes em organizações internacionais, por serem dois grandes países em desenvolvimento com aspirações de exercerem no sistema internacional o papel de representantes dos países em desenvolvimento nos órgãos de discussão multilaterais.

A afinidade entre os dois Estados pode ser vista no fato de que eles são os principais expoentes do G-20, grupo de países em desenvolvimento que tem um papel destacado na Organização Mundial do Comércio (OMC). O G-20 defende os interesses dos países em desenvolvimento nas negociações multilaterais de comércio, em especial quanto à liberalização do setor agrícola. Por serem os líderes do grupo, Índia e Brasil são considerados, juntamente com Estados Unidos e União Européia, os principais negociadores na OMC.

Outro ponto de convergência entre Brasil e Índia diz respeito ao fato de ambos terem um papel destacado nos pedidos de reforma no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

¹ Em 2005, o Brasil exportou US\$ 1,1 bilhão para a Índia e importou US\$ 1,2 bilhão. Entre os produtos vendidos do Brasil para a Índia, os principais são petróleo, produtos primários (principalmente minérios e óleo de soja) e produtos industrializados, como aviões, aço, equipamentos etc. Já na pauta de importação Brasil-Índia, o óleo diesel corresponde a cerca de 60%, sendo também importante a compra de produtos têxteis. (Fonte MDIC)

Junto com Alemanha e Japão, eles formam o G-4, grupo que advoga uma reforma no órgão da ONU e que querem um assento permanente no Conselho de Segurança. A justificativa deles para essa demanda é que eles representariam os países em desenvolvimento de América Latina, Ásia e África (sendo África do Sul o representante do continente africano), o que refletiria melhor a atual configuração mundial.

Além disso, há um fórum trilateral de diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul, o IBAS, que busca o desenvolvimento dos continentes latino-americano, africano e asiático por meio da cooperação mútua. O IBAS prevê a cooperação em diversas áreas, e já tem em funcionamento um fundo de combate à pobreza mantido pelos três países.

Apesar de tantos pontos em comum em fóruns multilaterais, ainda não havia uma iniciativa concreta de aumento da cooperação bilateral entre os dois países. O recente acordo entre eles é uma iniciativa com objetivo de aproximar esses países que têm diversas semelhanças. Além da postura semelhante no sistema internacional, Brasil e Índia também têm semelhanças em suas economias, já que ambos fazem parte do grupo de países emergentes chamados de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Ambos também têm graves desigualdades sociais, nas palavras de Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil: “há um grande déficit social com o qual precisamos lidar, e isso é algo essencial que une nossos países.”.

Na área econômica, os países pretendem aumentar os fluxos comerciais entre eles, além de terem iniciado discussões sobre a venda de etanol do Brasil para a Índia, e criado um fórum de empresários indianos e brasileiros para fomento do comércio entre eles.

Com relação aos seus problemas sociais, Brasil e Índia pretendem trocar experiências de iniciativas de ambos os

lados para diminuir a pobreza. A Índia se mostrou interessada nos programas de microcrédito e combate à fome do governo brasileiro. Para a maior troca de experiência, também foi firmado um acordo entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o *National Council for Applied Economic Research*, para facilitar a pesquisa de um país sobre o outro. Além disso, também se pretende aumentar o número de programas de intercâmbio acadêmico entre os países.

A área espacial também foi tratada pelos representantes dos dois países, já que há interesse brasileiro em usar o sistema de satélites indiano.

Já a cooperação na área de defesa, apesar de ser citada no comunicado conjunto emitido por Índia e Brasil, é algo mais difícil de ocorrer num futuro próximo. Na declaração, os países afirmam seu desejo de estabelecer, no futuro, uma “parceria nas áreas espacial, nuclear para fins pacíficos, de defesa e de combate ao terrorismo.”. No entanto, a cooperação nuclear ficou de fora dos acordos assinados entre os países. Apesar de reiterar seu interesse em estabelecer uma parceria no uso de energia nuclear para fins pacíficos, o Brasil tem ressalvas com relação à Índia por ela não fazer parte do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), do qual ele é signatário.

Ao todo, foram assinados sete acordos durante a visita à Índia, em áreas bastante variadas: aduaneira, audiovisual, espacial, acadêmica, empresarial, energética e de pesquisa. A variedade dos assuntos tratados demonstra que os países têm muito a desenvolver em suas relações, que ainda não são muito expressivas, apesar das semelhanças entre eles.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Valor econômico

<http://www.valoronline.com.br>

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.mre.gov.br>

Ministério do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

<http://www.desenvolvimento.gov.br>

Ver também:

16/12/2004 - [O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança](#)

06/01/2005 - [Questão agrícola é foco das negociações sobre livre comércio que ocorreram em Paris](#)

09/03/2006 - [Estados Unidos e Índia firmam acordo de cooperação nuclear](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

